

Direcção-Geral da Administração Interna, do Ministério da Administração Interna, a Dra. Raquel Sanchez Rosa de Albuquerque d'Orey.

3 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.

### Curriculum vitae (síntese)

1 — Dados pessoais

Nome: Raquel Sanchez Rosa de Albuquerque d'Orey.  
Data de nascimento: 22 de Outubro de 1973.

2 — Habilitações literárias

– Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.  
– Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa.

3 — Carreira profissional

01/06/2007 — Nomeada, em regime de substituição, como titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau da Direcção de Serviços de Assuntos Europeus da Direcção-Geral da Administração Interna, com as competências estabelecidas nas alíneas *ae*) do artigo 5.º da Portaria n.º 341/2007, de 30 de Março.

– Integração no núcleo de definição, orientação, suporte dos trabalhos assumidos pela presidência portuguesa da UE (no segundo semestre de 2007) nas áreas de competências do Ministério da Administração Interna;

– Chefe da Delegação Nacional na Presidência do Grupo de Alto Nível Asilo e Migração (GANAM) do Conselho da EU, e responsável pela organização e negociação da 1.ª Reunião Ministerial Euromed sobre Migrações (19 de Novembro de 2007).

2005-2007 — Requisitada no Ministério da Administração Interna, a exercer funções no Gabinete de Assuntos Europeus, desde de 1 de Junho de 2005:

Responsável pela preparação e coordenação da posição portuguesa, nas relações com a União Europeia e nas relações bilaterais, nos domínios da imigração e asilo, gestão de fronteiras, vistos e livre circulação de pessoas, e da luta contra o racismo e xenofobia. Integração, entre outras, na delegação nacional ao Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA) e ao Grupo de Alto Nível Asilo e Migração (GANAM).

2001/2005 — Técnica-Superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a exercer funções na Direcção de Serviços das Questões da Justiça e dos Assuntos Internos, de 1 de Novembro de 2001 a 1 de Junho de 2005.

Desempenhou funções de investigação, estudo, concepção e redacção das linhas de orientação, de âmbito geral e especializado, da posição portuguesa nas negociações no Conselho da União no âmbito da cooperação JAI. Elaboração de pareceres sobre a compatibilidade com o ordenamento jurídico comunitário de legislação nacional em preparação, bem como de projectos em negociação no âmbito bilateral e no quadro da CPLP.

2000/2001 — Contratada, em regime de avença, na Presidência do Conselho de Ministros, de 1 de Novembro de 2000 a 30 de Outubro de 2001:

– Assessora da Vice-Presidente do Instituto do Consumidor,  
– Assessora Técnica da Comissão do Código do Consumidor, organismo encarregue da redacção de um Código de Direito do Consumo.

1999/2000 — Técnica-Superior contratada a termo certo na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito da preparação e exercício da presidência portuguesa do Conselho da UE (no primeiro semestre de 2000), de 15 de Novembro de 1999 a 31 de Julho de 2000:

– Desempenhou funções de análise e acompanhamento de dossiers em discussão no Conselho da UE no quadro da cooperação JAI e elaborou pareceres sobre a compatibilidade da legislação nacional em preparação com o ordenamento jurídico comunitário;

– Integrou a delegação nacional ao Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA) e a equipa que presidiu ao Grupo de Alto Nível Asilo e Migração (GANAM).

1997/1999 — Advogada-estagiária na sociedade de advogados Jardim, Sampaio, Caldas & Associados — Sociedade Profissional de Advogados, de Outubro de 1997 a Novembro de 1999.

## Governo Civil do Distrito de Viseu

### Despacho n.º 11606/2008

No uso da delegação de competências constante no Despacho n.º 13731/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de Junho, nomeio, nos termos da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto, para Adjunto do meu Gabinete de Apoio Pessoal, Leonel José Antunes Gouveia, licenciado em Ensino de Biologia e Geologia.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 7 de Abril do corrente ano, e as remunerações inerentes serão as constantes do n.º 1, do artigo 4.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Abril de 2008. — O Governador Civil, *Acácio Santos da Fonseca Pinto*.

## Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

### Aviso n.º 12645/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Conceição Lopes Sanches, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 21 de Setembro de 1954, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

12 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

### Aviso n.º 12646/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Isabel Maria Scheidl Martins, natural de Torres Vedras, República Portuguesa, de nacionalidade alemã, nascida em 28/07/1967, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

12 Abril de 2008.. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

### Aviso n.º 12647/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Gomes, natural de Canchungo, República da Guiné Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 24/08/1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

### Aviso n.º 12648/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a André Barros, natural de Cacheu, República da Guiné Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 25/12/1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

### Aviso n.º 12649/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Suleimane Sissé, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 07/12/1957,